

CONGRESSO

Teto do MEI vai a R\$ 110 mil

Por unanimidade, plenário do Senado aprova elevação do limite de faturamento dos Microempreendedores Individuais

» RAPHAEL PATI

Após ser aprovado com apenas quatro votos contrários na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 186/2026, que eleva o limite de faturamento dos Microempreendedores Individuais (MEIs), foi aprovado em plenário no Senado, ontem, por unanimidade. O texto, que na Casa teve a relatoria do senador Carlos Fávaro (PSD-MT), também perdoa as dívidas de MEIs em até dois anos. O PLP foi aprovado no Senado por unanimidade. A proposta segue agora para sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O ajuste do teto, no entanto, não é imediato, e entra em vigor apenas a partir de 1º de janeiro de 2027, quando o valor limite para integrar a categoria sobe dos atuais R\$ 81 mil de faturamento anual para R\$ 110 mil. Já a partir de 2028, o teto chegará a R\$ 140 mil, para se adequar à inflação real desde o último reajuste, que ocorreu há cerca de oito anos. Para o início de atividades de MEI, o limite será de R\$ 9.166,67 por mês para o próximo ano e de R\$ 11.666,67 por mês para 2028. O mesmo projeto também permite que o microempreendedor contrate até dois empregados, e não apenas um, como prevê a regra atual.

Durante as discussões em plenário, o relator da proposta rejeitou uma emenda que elevaria para R\$ 870 mil — muito acima da inflação no período —, de autoria do senador Laercio Oliveira (PP-SE). Fávaro disse que o reajuste deveria ser feito com “responsabilidade fiscal” e que a atualização do valor para R\$ 140 mil já deve ser considerado um “ato satisfatório”. Ele ainda destacou que o projeto corrige uma defasagem de mais de oito anos na

Ton Molina/Agência Senado



Segundo o relator Fávaro, a renúncia com o perdão das dívidas, calculada em R\$ 3 bi para os próximos três anos, está prevista no Orçamento

categoria e que, segundo ele, retira a competitividade das micro e pequenas empresas do país.

A proposta foi aprovada um dia após a mesma casa decidir pela redução da escala de trabalho atual, com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, que extingue a escala 6x1. Segundo Fávaro, o PLP aprovado ontem representa uma “medida complementar” à aprovação da proposta anterior. “Afinal de contas, nesse PLP, nós damos a oportunidade para que o micro e pequeno empreendedor possa contratar dois, e não mais um colaborador para a sua empresa, o que possa corrigir, então, quaisquer

distorções geradas pela aprovação da PEC do 6x1”, destacou o relator.

O mesmo projeto, no entanto, apresenta um ponto que gerou inflexão entre os senadores. Apesar de votarem a favor da proposta, senadores da oposição ao governo Lula criticaram a inclusão do perdão da dívida de microempreendedores. Esse benefício, segundo o texto, abrange créditos da União de responsabilidade de MEIs, inscritos ou não na Dívida Ativa, até 13 de outubro de 2026. Segundo o governo, o impacto Orçamentário será de R\$ 3 bilhões nos próximos três anos, com a medida.

O senador Izalci Lucas (PL-DF), líder da oposição no Congresso,

disse que a medida prejudica quem “paga em dia”. “Você beneficia o inadimplente e quem pagou vai ser restituído? Provavelmente, não vai. Então, são exemplos que a gente deve aprender, porque as pessoas começam a deixar de pagar porque sabem que lá na frente vai ter o perdão. Então, nesse caso específico, nós vamos estar beneficiando os inadimplentes e, quem pagou em dia, lamentavelmente, vai ser prejudicado”, destacou.

Medida eleitoral

Já para o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN),

apesar de classificar o mérito do projeto como “inegável”, ele classifica o perdão dos débitos como uma medida eleitoral do governo Lula às vésperas do segundo turno da disputa presidencial. “Nós estamos, imagino eu, em um momento de desespero do governo. São R\$ 340 bilhões de sinecuras das mais variadas, de estímulos absolutamente incompatíveis com a condição fiscal que o governo apresenta”, comentou.

O senador Carlos Fávaro disse, no entanto, que o valor de renúncia, calculado em R\$ 3 bilhões para os próximos três anos, já está previsto dentro do orçamento de 2027 a 2029. O desenho orçamentário prevê

» **Dólar sobe 1,15% e Bolsa cai 1,06%**

O dólar subiu 1,15%, ontem, e fechou a R\$ 5,086, enquanto a Bolsa brasileira recuou 1,06% aos 204.324,26 pontos. O mercado teve um dia de cautela, com investidores atentos ao cenário eleitoral e a possíveis medidas econômicas do governo, como a proposta de emenda à Constituição da tarifa zero aos fins de semana. No exterior, o dólar perdeu força diante de outras moedas. O petróleo teve resultados distintos: o Brent caiu, e o WTI avançou. O Ibovespa passou boa parte da tarde na faixa dos 205 mil pontos, mas intensificou as perdas na última hora de negociação. O giro financeiro da sessão foi de R\$ 27 bilhões. Mesmo com a queda do dia, o Ibovespa ainda acumulava alta de 9,65% em outubro.

incremento de receitas. Do contrário, a matéria pode perder a efetividade, como pontuou o senador. Já a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE) acredita que o perdão da dívida pode gerar um efeito reverso e ser benéfico para os cofres públicos. “O que é que o perdão da dívida vai propiciar? É um custo baixo. Dos R\$ 12 bilhões, a União estima receber apenas R\$ 1 bilhão por ano. Se os 3,6 milhões de MEIs, que estão em debate nesse projeto, voltarem às atividades, beneficiados por esse projeto, apenas em arrecadação, o potencial é de R\$ 3,5 bilhões por ano. Então a proposta é boa, também, para a economia”, frisou.

FRANQUIAS EM EXPANSÃO:

SEGURANÇA JURÍDICA NO FORTALECIMENTO DO ECOSISTEMA DE FRANCHISING BRASILEIRO

O mercado de franquias vive um momento de forte expansão, mas o crescimento sustentável exige bases sólidas. Ciente desse cenário, o Correio Braziliense discutiu como a segurança jurídica é o pilar fundamental para atrair investimentos de qualidade e impulsionar a expansão do franchising no Brasil.

Assista e antecipe-se às tendências que vão moldar o futuro do setor.



CORREIO
INSIDE

Apoio:



Realização:



Produção:

